

02/03/2018 - 05:00

A mãe das revoluções

Por **Laura Greenhalgh**

Maio de 1968 foi “máquina de aceleração de partículas” no laboratório das mudanças socioculturais, diz Philippe Tétart

“L’année 1968, je la salue avec sérénité [Saúdo o ano de 1968 com serenidade].” Com palavras doces e tom de voz ameno, o presidente Charles De Gaulle (1890-1970) se dirigiu à população francesa no discurso de fim de ano, gravado e retransmitido pela televisão. Era 31 de dezembro de 1967. O ano-novo começaria, como manda o figurino, numa segunda-feira. E o general dizia-se pronto para atravessá-lo com serenidade.

Paris estava linda naqueles dias. André Malraux (1901-1976), o arrojado ministro da Cultura, tinha finalmente concluído a limpeza de fachadas no Panteão, no Arco do Triunfo e na Igreja da Madeleine. De encardidas ficaram claras, reluzentes. A economia francesa ia bem, com pleno emprego e crescimento em diferentes setores. De Gaulle prosseguiu em seu discurso: “No meio de tantos países envolvidos por confusões, o nosso continua a dar um exemplo de ordem. Não temos inimigos”, disse o político, 78 anos bem assentados na cadeira de despachos do Palácio do Eliseu. Jamais poderia ter imaginado que não se tratava de uma cadeira, mas de um barril de pólvora.

O discurso de De Gaulle contrastou bastante com o daquele que o presidente americano Lyndon Johnson (1908-1973) transmitiu no dia seguinte da Casa Branca. A economia americana crescia, exibindo novo recorde de produção de computadores — 50 mil máquinas operando em todo o país —, fora o aumento de 5% na indústria tabagista, que vinha se expandindo consistentemente naqueles anos 60. Mas Johnson estava sombrio. Pediu que os americanos, ao longo de 1968, cortassem despesas como viagens ao exterior, contribuindo para reduzir o déficit da nação, rombo que crescia e tinha nome: Guerra do Vietnã. Um senador democrata do Tennessee reagiu: “Esse presidente americano é antidemocrata!”. Também se chamava Albert o senador e pai do futuro candidato à Casa Branca Al Gore.

O mundo andava esquisito, sabiam aqueles dois chefes de Estado. Não longe da sua França abençoada pelos Trente Glorieuses [Trinta Gloriosos] — as três décadas de prosperidade após o fim da Segunda Guerra (1939-1945), em que o padrão de vida no país melhorou muito —, De Gaulle perguntava-se o que diabos acontecia na vizinha Tchecoslováquia.

Um grupo de alunos da Universidade de Praga, semanas antes, havia decidido marchar à luz de velas pela cidade para protestar contra a má calefação e a iluminação fraca dos dormitórios universitários, que os impedia de estudar. Foram reprimidos, apesar da trivialidade das reivindicações. Só que o clima de insurreição foi crescendo, crescendo, a ponto de, em janeiro daquele 1968, um comunista reformador chamado Alexander Dubcek (1921-1992) chegar ao poder com a promessa de instalar entre os tchecos um “socialismo de face humana”.

De Gaulle, que comandava a França havia uma década, presentiu problemas com o bloco soviético. No entanto, continuou modulando a voz. Queria ser o mensageiro da concórdia, enquanto observadores políticos juravam que ele se perfilava para ser o próximo Nobel da Paz. Seu primeiro-ministro, Georges Pompidou (1911-1974), ironizou: “Nobel? O general não quer ganhar prêmio. Quer ganhar a História”.

Lyndon Johnson, em fim de mandato, vinha se despedindo das ilusões. O ano de 1968 seria difícil, interna e externamente. O anterior fora palco de confrontos raciais em Boston, Kansas e Newark, cidades que responderam com quebradeira aos duros choques com a polícia em Los Angeles e Detroit.

Martin Luther King (1929-1968), o pastor que deu cara e voz ao movimento pelos direitos civis nos EUA, saía da postura “gandhiana”, do protesto sem violência, para irradiar ressentimento em relação à desigualdade social e ao Vietnã — e assim fez eco a setores mais radicais do movimento negro. O presidente americano já havia sido advertido: o termo “negro” (com o plural “negroes”) seria abolido do léxico. No seu lugar, entraria “black” — Black Panthers, “black power”, “black is beautiful”. Havia mais gente pressionando Johnson. O papa Paulo VI, por exemplo, abriu o ano com menções veladas a Washington na homilia: “Restam obstáculos terríveis para se encontrar a paz no Vietnã”. A ONU, dentro de casa, diria Johnson, saudou as nações amigas anunciando que 1968 seria o Ano Internacional dos Direitos Humanos.

É sempre possível acrescentar novos fatores e pré-condições para o que se viveu em “1968 - O Ano que Não Terminou”, lembrando o título do livro já clássico sobre a época escrito pelo jornalista Zuenir Ventura e lançado em 1988. Afinal, como explicar o que se passou naquele ano, ou naquele mês de maio em particular, celebrado pelas manifestações e conflitos de rua em Paris?

A Guerra Fria estaria por trás dos humores exaltados? A revolução dos barbudos em Cuba ditava padrões de comportamento? A pílula anticoncepcional, ao liberar as mulheres para o controle do próprio corpo, hormonou debates sobre sexualidade? O lançamento de foguetes arremessou o imaginário coletivo para o espaço? Pois o ano que não coube em si, e acabou transbordando, chegou aos 50.

Ao longo de meio século, tem sido alvo de um verdadeiro pluralismo interpretativo da parte de pesquisadores, acadêmicos ou não. Livros, teses, dossiês, documentários, filmes e exposições surgiram para tentar elucidar por que, afinal, deu a louca no mundo naquele (ainda insuperável) 1968, Ano do Macaco no horóscopo chinês e de Júpiter na astrologia.



Manifestação em São Paulo em junho de 2013, que inicialmente protestou

contra aumento de passagens, mas depois agregou outras pautas

A boa notícia é que a resposta que tudo engloba não foi encontrada — e certamente não existe, o que permite continuar a busca por novas visões. Na França, um colóquio com a participação de um grande elenco de acadêmicos será instalado nas próximas semanas no campus da Le Mans Université, até o ano passado conhecida como Université du Maine. É uma escola associada ao prestigioso CNRS - Centre National de Recherches Scientifiques. O nome do encontro já diz tudo — “Mai 68: 50 Ans! Mémoires, Représentations, Traces & (ré)Interpretations” [Maio de 68: 50 Anos! Memórias, Representações, Traços e (Re)Interpretações].

Trata-se de voltar aos acontecimentos do passado não apenas para decifrá-los como tal, mas para trazê-los ao tempo presente: 2018. Os organizadores do colóquio dizem ao Valor: os acontecimentos de 1968 estão deixando de constituir um tempo da memória para se converter num tempo da História, filtrado por gerações mais jovens. Gerações que não viveram aquela ebulição toda, mas hoje se perguntam: se o gosto pelo protesto ganhou as ruas há 50 anos e também reapareceu fortemente nos últimos dez anos, em várias partes do mundo (Brasil, Egito, Tunísia, Turquia, Estados Unidos), são fenômenos parecidos? Têm a mesma raiz? O ano de 1968 foi definitivamente enterrado ou pode ressuscitar?

“Acredito que não se possa comparar os dois momentos de forma estrita. Em 1968, vivemos incríveis sobressaltos, porém havia um tempo de pleno emprego, crescimento econômico, liberação progressiva dos costumes e ideologias fortes o suficiente para agregar grandes parcelas da sociedade. Hoje os sobressaltos são filhos das crises, das recessões econômicas que afetam um número colossal de pessoas, gerando medo do futuro e profunda desconfiança da política”, afirma Philippe Tétart, um dos proponentes do colóquio.

“Vale refletir: até que ponto existem os herdeiros de 1968? Tenho lá as minhas dúvidas se os jovens de hoje adotam como referência o que se viveu há 50 anos.” O sociólogo, ele próprio um “soixante-huitard” (algo como “sessenta e oitista”, alguém que participou do Maio de 68), compara aquele momento a uma espécie de máquina de aceleração de partículas no grande laboratório das transformações socioculturais.

Pois o acelerador de partículas havia sido ligado não se sabe quando, nem onde, nem por quem. Porque nada fora planejado, e tudo aconteceu. Havia uma eletricidade no ar, uma predisposição para o confronto. De Gaulle, que começou o ano sereno, em questão de semanas passou a ouvir o bordão das ruas: “Dix ans, ça suffit, dix ans, ça suffit” (Dez anos, isso basta). Era a massa deixando claro que seus dez anos de governo já eram suficientes.

O “Generalíssimo” na Espanha, o ditador Francisco Franco (1892-1975), no seu 30º “Ano de Paz e Concórdia”, passou a ouvir brados de “Morte a Franco”. No Brasil, o general de plantão, Arthur da Costa e Silva (1899-1969), deparou-se com o insolente, o insuportável, o intolerável “Abaixo a ditadura”. E mais ouviria. No dia 28 de março de 1968, Edson Luiz de Lima Souto, um secundarista de 18 anos, foi morto pela PM com um tiro no peito quando jantava com a estudantada no restaurante Calabouço, região central do Rio. Seu corpo ensanguentado foi coberto com folhas de fichário escolar. Depois, carregado até a Assembleia Legislativa. Lá, mais protestos. Tocaia da polícia. Autópsia. Emoção aflorada. Missa na Candelária.

No dia seguinte, o Rio parou para enterrar Souto. “Os velhos no poder, os jovens no caixão” — os estudantes gritavam. E continuaram gritando, cada vez mais forte. Três meses depois foram protagonistas da célebre Passeata dos Cem Mil, no Rio, com o apoio de artistas, intelectuais, políticos e vários outros setores da sociedade.

“Nunca haverá um ano como 1968. Ele é único porque pessoas em diferentes países decidiram que era tempo de enfrentar a ordem, rebelando-se a partir de temas díspares, em torno de consensos mínimos, na ânsia de rejeitar líderes e organizações. Se havia comunismo, hora de criticar os comunistas. Se havia capitalismo, hora de criticar

os capitalistas.” São reflexões do escritor e jornalista americano Mark Kurlansky, de 69 anos, autor de “1968 - The Year that Rocked the World” (1968 - O Ano que Balançou o Mundo).

“Como pano de fundo, tínhamos uma guerra não menos repreensível do que outras, porém, odiada por todos. Em 1968, forças militares dos EUA no Vietnã matavam, por semana, número equivalente aos mortos no ataque às duas Torres Gêmeas, em Nova York, em 2001. A maioria era civis, gente pobre e indefesa.” Kurlansky não está focado apenas nas marchas libertárias americanas. Nem só nas barricadas estudantis da França. Enxerga um mundo rebelado pela emergência de quatro fatores históricos, responsáveis por aquele grande “tudo ou nada”.

O primeiro desses fatores é de ordem técnica: a evolução da televisão. Entravam em cena o videotape, sistema de gravação barato e reutilizável, e as transmissões “broadcasting”, permitindo que os acontecimentos do dia pudessem ser conhecidos no próprio dia, em diferentes lugares. Essas aquisições tecnológicas tiveram alto impacto, diz Kurlansky. Permitiram que as pessoas se vissem. O estudante de Columbia, em Nova York, poderia ver o estudante da Sorbonne, em Paris, e ambos poderiam inspirar o estudante da Universidade de São Paulo ou da Universidade de Brasília, no Brasil calado pelo regime militar.

Os movimentos de contestação, hoje (...), nascem nas redes, favorecendo uma sociabilidade rápida e horizontalizada”, diz Esther Solano

Segundo fator: essa geração de jovens, os “baby boomers”, foi a primeira da História a se sentir radicalmente diferente da geração que a precedeu. Ou seja, ali, naquele momento, o traço da singularidade geracional abriria um sulco profundo no grande painel da sociedade. Kurlansky afirma que até o humor mudou de cara, em seu país. Comediantes como Bob Hope (1903-2003) e Jack Benny (1894-1974), que faziam plateias delirar em risos no fim da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se palhaços imbecis. Esses mesmos jovens, cujos pais ainda cortavam os cabelos bem curtos, à moda “escovinha”, só para homenagear os militares americanos, deixaram a cabeleira crescer ao natural. Trocaram o visual asseado pelo desleixo ostensivo — queriam ser diferentes.

Terceiro fator: a luta pela igualdade racial, com um caudal contestatário que se acumulava há mais tempo e jorrou no discurso “I Have a Dream”, de Martin Luther King, em 1963. Aquele foi um chamamento desconcertantemente belo e talvez mais libertário do que as cartilhas marxistas. Quarto fator: a guerra no Vietnã, encenada por forças desiguais, sob o comando de duas superpotências.

Em 8 janeiro de 1968, o diplomata e ministro dos Esportes de De Gaulle, François Missoffe (1919-2003), foi ao campus da Universidade de Nanterre, nos arredores de Paris, inaugurar uma piscina. Os estudantes o hostilizaram. Entre eles, havia um ruivinho irreverente, chamado Daniel Cohn-Bendit. O garoto ousou dizer ao figurão que a ênfase do governo no preparo físico da juventude tinha viés nazista. Era uma forma de reprimir e controlar os desejos sexuais dos jovens. O clima azedou. Semanas depois, estudantes de Nanterre invadiram o dormitório feminino da universidade para passar a noite com suas namoradas (curiosamente, o inverso era proibido, porém tolerado pela direção).

E os dias se lançam numa cronologia alucinante, na França.

Em 22 de março, estudantes são detidos em Nanterre. No dia seguinte, Cohn-Bendit (ou Dany, Le Rouge — Dany, o Vermelho) funda o Movimento 22 de Março para denunciar a prisão dos colegas. O reitor suspende as aulas. No dia 27, Cohn-Bendit é preso. Em 4 de abril, estudantes recebem a notícia do assassinato, nos EUA, de Luther King, já então detentor do Nobel da Paz. Crescem as marchas de protesto contra a Guerra do Vietnã. Novas prisões. No dia 22, estudantes fazem grande passeata no Quartier Latin, em Paris. Cohn-Bendit é solto.

Em 2 de maio, ocorrem outros incidentes entre a polícia e os alunos de Nanterre. No dia seguinte, assembleia estudantil na Sorbonne presta solidariedade a Nanterre. O reitor quebra regra secular ao chamar a polícia de Paris para dentro da universidade. Prisões. Madrugada de protestos. Estudantes erguem a primeira barricada no Boulevard Saint-Michel.

A partir daí, a radicalização ganha amplitude. No dia 4, liceus aderem ao movimento. Protestos pipocam em outras regiões do país. Três dias depois, marcha nas ruas da capital francesa reúne 30 mil manifestantes. No dia 11, centrais sindicais denunciam a repressão e anunciam greve geral. Dois dias depois, quase 1 milhão de pessoas nas ruas parisienses entoam o bordão “Dix ans, ça suffit” (Dez anos, isso basta), contra De Gaulle. Em Cannes, o festival de cinema é suspenso, por meio de articulações entre os cineastas Jean-Luc Godard e François Truffaut (1932-1984).

No dia 14, De Gaulle viaja para a Romênia. Fábricas começam a ser ocupadas na França. Quatro dias depois, o general retorna ao país já com 10 milhões de grevistas. Transportes paralisados, correio bloqueado, gasolina racionada. No dia 21, jovens ocupam teatros em Paris. No dia 26, sindicatos sentam-se às mesas de negociação. Exigem aumentos salariais de 35%. Três dias depois, De Gaulle viaja à cidade de Baden-Baden, na Alemanha, para encontrar secretamente chefes militares.

No dia seguinte, o general retorna à França avisando que não vai se demitir. Dissolve a Assembleia Nacional, antecipa eleições e convoca aliados para organizar um grande movimento nacional em seu apoio. Consegue realizar a proeza.

Se submetidos ao crivo da análise marxista clássica, os protestos de 1968 poderiam ser vistos como perdedores. De Gaulle acabou se mantendo no poder, ainda que por pouco tempo — renunciaria em 1969, ao perder o referendo em que propôs mudanças no papel do Senado. Sindicatos fecharam acordos possíveis com o patronato. E os estudantes, por fim, acabaram voltando para as salas de aula.

No contexto externo, a vizinha Praga seria silenciada em sua primavera de protestos por tanques soviéticos. No Kremlin decretara-se o Período de Normalização na Tchecoslováquia, sinônimo para linha-dura, e, melancolicamente, Dubcek foi chamado a Moscou para iniciar processo de retificação ideológica.

Nos EUA, mais um Kennedy seria assassinado — Robert, irmão de JFK, o presidente morto em Dallas, em 1963. Robert, ou Bob, era um jovem senador democrata, aspirante à Casa Branca. Eliminado, também, como Luther King. E, assim, de golpe em golpe, a direita republicana chegou ao poder com o presidente Richard Nixon (1913-1994). Caberia até perguntar: tanta barulheira libertária para nada?

Quando pensadores se debruçam, hoje, sobre o que se passou, essa pergunta tende a ser contestada em seus próprios termos. Afinal, o que vem a ser o “nada” para a História?



Parada do Orgulho LGBT em Curitiba, 2016. “Quatro movimentos sociais ganharam força e continuam atuais: o feminista, o homossexual, o negro e o ecológico”, diz Zuenir Ventura

Vale lembrar o filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980). Ele passou 1968 ao lado dos estudantes em Paris. Conviveu com eles em suas ocupações, nos bares, nas ruas, nos teatros. Entrevistou Cohn-Bendit para a revista “Nouvel Observateur”. Associou-se a um pequeno grupo maoísta para editar um jornalzinho com o sentimento do instante. E assim, vivendo intensamente as peripécias daqueles dias, completou sua autocrítica em relação aos soviéticos, que tanto havia apoiado. Era o Sartre por inteiro, na via existencialista: “Temos que estar presentes onde a vida estiver ameaçada, não importa onde, nem como. O ser humano está condenado à liberdade”.

Alain Touraine, renomado sociólogo francês, chamou atenção sobre outro aspecto: “Aquilo não foi um movimento político, nem social. Foi essencialmente cultural. Os jovens não queriam mais liberdade sexual em suas vidas. Queriam mais liberdade em todos os setores da vida”. No livro “Le Mouvement de Mai ou le Communisme Utopique [O Movimento de Maio ou o Comunismo Utópico]”, de 1998, Touraine admite que, se o escrevesse hoje, talvez diminuísse a importância dada às reivindicações universitárias para ampliar a importância de 68 no quadro internacional, fazendo emergir tudo o que se passou nos EUA, na Alemanha ou na Itália. “Foi um movimento muito mais amplo, que antecipou conflitos culturais da sociedade pós-industrial.”

Alastrando um ideário sem fronteiras, a contracultura empolgou e aproximou milhões de jovens em diferentes lugares do mundo, nos anos 60. Eram milhões de seguidores, até mesmo sem saber, de um professor de filosofia da Universidade da Califórnia, Herbert Marcuse (1898-1979). Em sua teoria crítica, Marcuse apontou contradições do capitalismo, falsas promessas do “american way of life” e a cegueira da sociedade de massas, segundo ele geradora de indivíduos não realizados.

“A verdade é que a análise marxista não dá conta de processar tudo o que se passou, embora sempre existam as visões militantes. Protestando contra o regulamento dos dormitórios universitários, os jovens arremessaram uma crítica à civilização. Inflamaram um movimento sem pauta definida, que não visava o poder, tanto que eles não ocuparam a Assembleia Nacional, mas os teatros de Paris!”, diz a filósofa Olgária Matos, de 69 anos, livre-docente da USP e professora da Unifesp. “Foi um momento de suspensão do tempo histórico — poético, libertário, indefinido. Hoje, vejo que isso só foi possível graças à excelente educação francesa.”

Autora de “Paris 1968 - As Barricadas do Desejo”, Olgária destaca uma faceta particular ao nomear aquela efervescência como “a revolução da palavra”. Foi, certamente, a temporada dos melhores slogans de contestação. Tinham humor (“Libertem os livros das bibliotecas”), tinham tom anárquico (“A humanidade será feliz quando o último capitalista for enforcado nas tripas do último esquerdista”), tinham poesia (“Tous en grève, tous en rêve” — “Todos em greve, todos em sonho”).

“E aqui faço um paralelo com as manifestações de junho de 2013, no Brasil, quando ouvimos palavras de ordem também criativas, como ‘Professor vale mais que Neymar’”, diz a filósofa. Seu colega Renato Janine Ribeiro, de 68 anos, ex-ministro da Educação do governo Dilma e professor-titular da USP, vai ao seu encontro: “São momentos inesperados. Começam pequenos e viram fenômeno de massa, com um diferencial: as ruas são invadidas por uma certa alegria. Ali tem-se a impressão de viver intensamente”.

Havia alegria nos eventos de 1968 vividos no Brasil? Talvez coragem, talvez ousadia, mas alegria em falta. Muito já se escreveu, e ainda se escreverá, sobre um país traumatizado pelo golpe militar, com um presidente no exílio, gerais no comando, aparato repressivo e reformas sociais enterradas. Ainda assim, os jovens foram protagonistas.

Houve uma geração 68 nos campi — para lembrar dois de seus representantes, o petista José Dirceu, hoje preso, que militava em São Paulo, e o ex-petista Vladimir Palmeira, hoje professor, que militava no Rio —, nos festivais de música — que lançaram nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, o movimento tropicalista —, nos palcos — na vitalidade de grupos como Arena e Oficina — ou nas telas de cinema — com Glauber Rocha (1939-1981) e Rogério Sganzerla (1946-2004) mandando brasa.

No entanto, a “sombra” do autoritarismo era onipresente. Em seu novo livro, “A Noite da Espera”, o romancista Milton Hatoum, de 65 anos, repassa a dor de ser jovem num contexto embrutecido, na pele do seu personagem central, o estudante secundarista Martim.

Milton/Martim vivem em Brasília, a “novacap” de Lúcio Costa (1902-1998) e Oscar Niemeyer (1907-2012), esvaziada daqueles que a conceberam e repovoada pelos militares. “Saí com 15 anos de Manaus e fui para lá, embalado no sonho de estudar arquitetura. Fui com a cara e a coragem. Ao mesmo tempo em que tive uma experiência vital até assustadora, em termos de liberdade sexual, contato com as drogas, a descoberta dos livros, o viver em grupo, provei também uma solidão radical. O Colégio de Aplicação, onde estudei, ficava na entrada da UnB [Universidade de Brasília]. Dali vimos muitos jovens desaparecerem, como Honestino Guimarães, estudante de geologia que passara em primeiro lugar no vestibular”, diz Hatoum.

“Eu não militei em grupos de confronto à ditadura. Meus amigos e eu achávamos que a nossa liberdade transcendia a liberdade política. Ainda assim, fui preso por um barbudinho que usava jeans e camiseta, como eu. Brasília tinha delator em cada esquina. Havia também um menosprezo oficial pelas artes, pela cultura, pelo novo. Algo que me lembra o fazendeiro Paulo Honório, do romance ‘São Bernardo’, de Graciliano Ramos, quando ele diz, referindo-se a um certo tipo de mulher: ‘Chamam-se intelectuais e são horríveis’. O Brasil sempre foi terrivelmente conservador.” Pouco tempo depois, Hatoum se transferiu para São Paulo, onde fez o curso da arquitetura. E a literatura, um belo dia, o fisgou.



Em maio de 2013, a Marcha das Vadias, em São Paulo, pediu o fim da violência contra a mulher. “Hoje os movimentos são mais identitários”, diz cientista política Esther Solano

Autor de um sólido artigo acadêmico denominado “A Democracia do Protesto”, Janine Ribeiro investiga movimentos sociais que começam pequenos, sem prenúncio, e viram fenômenos de massa. “São manifestações muito fortes. Hoje não mais lembramos os nomes dos ministros de De Gaulle daquela época, mas lembramos dos líderes e intelectuais que estavam nos protestos em Paris”, diz. No entanto, coloca em xeque o seguinte ponto: movimentos de contestação fulgurantes servem como ato preparatório para contra-ataque do lado oposto?

“Não seriam sinais premonitórios de golpes?” Em relação ao Brasil, dá como exemplo o “golpe dentro do golpe”: depois da tomada do poder pelos militares, em 1964, quatro anos mais tarde eles próprios baixaram o Ato Institucional n 5, apertando ainda mais o torniquete do regime que impuseram, com fechamento do Congresso e das Assembleias Legislativas, suspensão dos direitos políticos, censura prévia, toque de recolher, intervenção em

Estados e municípios. Era 13 de dezembro de 1968 quando tudo aconteceu. “Hoje não podemos mais acreditar na tese de que o AI-5 foi uma resposta do regime ao discurso inflamado do deputado Márcio Moreira Alves [1936-2009] denunciando a tortura. Era algo já premeditado pelos ditadores.”

Janine Ribeiro repassa ondas recentes de contestação em outros países, na mesma linha de raciocínio. Caso das primaveras árabes da Tunísia, do Egito ou da Turquia, onde as sociedades foram de forma maciça para as ruas, mas refluíram enquadradas por regimes conservadores. Ele admite que nos protestos de junho de 2013, que se espalharam pelo Brasil, os manifestantes trouxeram uma pauta inovadora, com foco na qualidade dos serviços públicos (transporte, saúde, educação) — no entanto, uma pauta que não se sustentou.

“Mas logo aquele movimento cheio de vida foi capturado por um moralismo rudimentar, de direita, e toda a pauta inovadora se resumiu ao tema da corrupção. Acabou a beleza do momento. Fico me perguntando: por que uma sociedade como a nossa perde, de uma hora para outra, a capacidade de reagir?” O momento atual segue lamentável na visão do professor, que admite ter visto o Brasil caminhar para frente nos últimos 20 anos, em três etapas decisivas — democratização, estabilização da moeda e inclusão social —, tendo perdido o rumo numa quarta etapa, justamente a da cobrança pela melhoria dos serviços públicos. “E isso aconteceu com o fortalecimento do campo conservador. Basta notar: onde está hoje a energia das ruas?”

“Sem dúvida, o mundo está mais conservador. Mas com aspectos a ponderar. Em 1968, os grupos estudantis, sindicais e políticos adotaram uma pauta diversa, antiguerra, antidiscriminação sexual ou racial, anti-imperialismo etc. Contudo, esses grupos ainda se organizavam de forma hierárquica. Ou piramidal. Os movimentos de contestação, hoje, rejeitam a morfologia do passado. Já nascem nas redes, favorecendo uma sociabilidade rápida e horizontalizada”, diz a cientista política Esther Solano, professora da Unifesp e da Universidad Complutense de Madrid, que também vem estudando manifestações de rua no Brasil.

Sobram indagações: grupos de protesto nascidos nas redes sociais estão condenados ao efêmero, já que são frutos de uma politização instantânea? Afinal, onde foram parar os jovens que ocuparam Wall Street? Qual o balanço das primaveras árabes? Qual a durabilidade de um movimento como o Passe Livre, no Brasil? O que ficou dos Indignados, na Espanha? Esther sabe que muitos dos movimentos atuais se desfazem, o que não implicaria dizer que são perdedores. Sobre isso tem um exemplo a oferecer: em 2013, no meio da gritaria geral no Brasil, um novo feminismo fez-se ouvir nas ruas. E continua ganhando espaço na sociedade.

“Hoje os movimentos são mais identitários. Converso com minhas alunas na universidade e fico sabendo de um feminismo negro, nas periferias, que é simplesmente pujante. Essas jovens não bebem na bibliografia clássica do feminismo ocidental, mas na fonte da experiência de vida: o que significa ser mulher, negra e pobre numa periferia como a de São Paulo? A pauta delas é a violência que sofrem, o medo do estupro, o medo da polícia”, afirma Esther. “Os partidos políticos tradicionais envelheceram, não entendem o que está se passando. Eis o nosso momento: os movimentos sociais não se sentem representados pelos partidos, que, por sua vez, não entendem o que os movimentos sociais estão dizendo. Há um corte do diálogo.”

Zuenir Ventura, jornalista e escritor que viveu intensamente 1968 e o desdobrou em livro, não vê essa ruptura. Acredita que “o ano que não terminou” continua vibrando e reverberando na sociedade, ainda que sob condições diversas. “A paixão e a ética talvez tenham sido o maior legado deixado pela geração de 68, por vezes tão p. louca, como se dizia na época. São valores em falta na política de hoje: a paixão, e aqui não confundir com a atual intolerância, com que aquela geração se entregou à defesa de uma causa e a ética com que se comportou, mesmo quando errou. O melhor resultado dessa combinação está nos quatro movimentos sociais que ganharam força naquela época e continuam atuais: o feminista, o homossexual, o negro e o ecológico.”

Já para o cientista social francês Jean-Philippe Melchior, que vem estudando o mundo do trabalho e os efeitos da “sociedade 35 horas”, uma diferença a assinalar tem a ver com o “sujeito” dos protestos. Ou seja, o “eu” e o “nós” no campo de batalha das reivindicações. Ao mesmo tempo em que grupos se formam para protestar contra o encolhimento do Estado de bem-estar, pela defesa do emprego, pela melhoria do transporte público, indivíduos hoje também se batem para ter um tempo maior junto à família, uma valorização do ócio, a busca por atividades mais livres e gratificantes. “Essa ambivalência é nova. Consiste em lutar por objetivos específicos, assim como por um futuro para a humanidade. Tudo cabe”, diz.

Há 50 anos o coletivo, mesmo o mais anárquico, era preponderante. Tudo se fazia em nome do grupo, até divergir, brigar, bater boca. Era setembro de 1968 quando um jovem compositor baiano, já conhecido nos circuitos universitário e artístico, participou de um festival de música com uma composição intitulada “Proibido Proibir”, na qual incitava as pessoas a dizerem “não ao não”. Ele se chamava (e chama) Caetano Veloso. Tinha acabado de completar 26 anos quando vestiu uma indumentária vistosa, melhor dizendo, tropicalista, para subir ao palco e defender a sua canção. Foi vaiado por uma plateia de menos de 30 a plenos pulmões. Sem conseguir cantar, interrompeu a exibição para fazer um longo libelo contra o conservadorismo: “Mas é essa a juventude que diz querer tomar o poder? Vocês não estão entendendo nada, absolutamente nada. Se forem em política como são em estética, nós estamos feitos”.

No dia seguinte, o dramaturgo Nelson Rodrigues (1912-1980) publicou na imprensa uma crônica surpreendente, partindo de um conservador como ele. Trecho: “A vaia selvagem com que o receberam já me deu uma certa náusea de ser brasileiro. Dirão os idiotas da objetividade que ele estava de salto alto, plumas, peruca, batom etc. Era um artista. De peruca ou não, era um artista. De plumas, um artista. De salto alto, um artista. Um concorrente que vinha ali cantar. Mas os jovens centauros não deixaram”. O libelo de Caetano e o desabafo de Nelson Rodrigues ecoam os nossos dias. E recolocam uma questão-chave: novos tropicalistas, centauros ou idiotas da objetividade, afinal, o que querem os jovens em 2018?